

# AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO BRASIL – CENSOS DE 2006 E 2017

*Family agriculture in Southern Brazil – censuses 2006 and 2017*

DOI: 10.48075/igepec.v26i2.28797

Andréia Ferreira Prestes  
Renata Cattelan  
Marcelo Lopes de Moraes  
Roger Alexandre Rossoni

# AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO BRASIL – CENSOS DE 2006 E 2017

*Family agriculture in Southern Brazil – censuses 2006 and 2017*

Andréia Ferreira Prestes  
Renata Cattelan  
Marcelo Lopes de Moraes  
Roger Alexandre Rossoni

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa consiste em delimitar uma região, no Sul do Brasil, com municípios similares no que diz respeito às características da agricultura familiar, de forma contígua em relação às suas fronteiras, com variáveis dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, a fim de comparar e analisar aspectos relevantes do território formado. A região encontrada para os dois Censos foi semelhante, ocupando as regiões Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Os municípios que englobaram essa delimitação se mostraram similares quanto às características familiares, nos aspectos históricos e produtivos. A partir da literatura, percebeu-se que essas regiões possuem em comum a forma de colonização e as atividades produtivas. Esses resultados contribuem para fomentar o desenvolvimento das regiões por proporcionar um embasamento para políticas destinadas ao meio rural, que podem ser direcionadas de maneira mais eficaz, independente dos limites geográficos e administrativos.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Região Sul do Brasil.

**Abstract:** *The objective of this research is to delimit a region, in Southern Brazil, with similar municipalities from family farming characteristics, contiguously in relation to its borders, with variables from the Agricultural Censuses of 2006 and 2017, in order to compare and analyze relevant aspects of the region formed. The region found for the two Censuses was similar, occupying the Southwest of Paraná, West of Santa Catarina, and Northwest of Rio Grande do Sul. The municipalities that comprised this delimitation were similar as to the family characteristics in the historical and productive aspects. Based on the literature, it was noticed that these regions have in common the form of colonization and the productive activities. These results contribute to foster the development of the regions by providing a basis for policies aimed at the rural environment, which can be directed in a more effective way, regardless of geographical and administrative boundaries.*

**Keywords:** *Family farming. Rural development. South region of Brazil.*

**Resumen:** *El objetivo de esta investigación es delimitar una región, en el sur de Brasil, con municipios similares a partir de las características de la agricultura familiar, contigua en relación a sus fronteras, con variables de los Censos Agropecuarios de 2006 y 2017, para comparar y analizar aspectos relevantes de la región formada. La región encontrada para ambos Censos fue similar, ocupando el Sudoeste de Paraná, Oeste de Santa Catarina y Noroeste de Rio Grande do Sul. Los municipios que componían esta delimitación eran similares en cuanto a las características familiares en los aspectos históricos y productivos. Basándose en la literatura, se observó que estas regiones tienen en común la forma de colonización y las actividades productivas. Estos resultados contribuyen a fomentar el desarrollo de las regiones al proporcionar una base para las políticas dirigidas al medio rural, que pueden dirigirse con mayor eficacia, independientemente de los límites geográficos y administrativos.*

**Palabras clave:** *Agricultura familiar. Desarrollo Rural. Región sur de Brasil.*

## INTRODUÇÃO

Historicamente, o meio rural brasileiro foi formado por diversos ciclos produtivos, como o da cana-de-açúcar, do ouro, do café, dentre outros. Ademais, muitas modificações aconteceram em seus formatos produtivos, sendo que isso foi mais notável no último século. Essas transformações justificam a importância das pesquisas que abordam o desenvolvimento das regiões a partir das especificidades locais, nas quais o meio rural é de suma importância, em especial, a agricultura familiar.

A agricultura familiar, no Brasil, é definida pela Lei 11.326/2006, que considera o estabelecimento como tal se atender aos seguintes critérios: “1) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; 2) utilize, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenha renda familiar, majoritariamente, originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; 4) tenha percentual mínimo da renda familiar oriunda de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; 5) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

Conforme os dados do Censo de 2017, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020a), no Brasil, dos estabelecimentos agropecuários, 76% são caracterizados como familiares, de forma que a região Sul contribui com 17% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros. A participação da agricultura familiar é importante, uma vez que contribui na geração de renda das pequenas propriedades e, também, colabora no atendimento da demanda por alimentos da região.

Compreender as características regionais e, principalmente, aceitar o fato de que a divisão administrativa nem sempre é a melhor maneira de dividir os municípios, foi estímulo para elaborar a presente pesquisa.

Deste modo, a intenção dessa pesquisa era fazer um estudo preliminar que identificasse uma região, no Sul do Brasil, com municípios similares e de forma contígua em relação as suas fronteiras, a partir de características da agricultura familiar. Isto foi feito a partir de variáveis selecionadas nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, a fim de realizar uma comparação entre os anos. A partir dessa região, o intuito era poder analisar aspectos relevantes e identificar outros pontos em comum que caracterizassem essa nova delimitação. Além disso, possibilitou compreender melhor as especificidades de parte dos municípios da região Sul do Brasil e, assim, contribuir com o desenvolvimento rural.

O tema se faz importante por considerar que a formação das regiões para operação de políticas é mais eficiente quando levadas em consideração as características de cada localidade e delimitadas regiões que possam responder a estímulos de maneiras semelhantes. Isso quer dizer que políticas poderiam ser mais eficazes se considerassem que os municípios nem sempre necessitam de organizações no mesmo formato, em todos os lugares.

A intenção dessa pesquisa era fazer um estudo preliminar que identificasse uma região tão similar quanto possível em relação a algumas variáveis selecionadas nos Censos de 2006 e 2017 e que possuíssem vínculo com a agricultura familiar. A partir dessa região, o intuito era poder identificar outros pontos em comum que caracterizassem essa nova delimitação. Além disso, possibilitou compreender melhor as especificidades de parte dos municípios da região Sul do Brasil e, assim, contribuir com o desenvolvimento rural.

Este trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução, a segunda seção diz respeito a conceituação do meio rural, algumas políticas destinadas a esse meio e uma breve exposição com relação a definição de região. A terceira seção engloba os procedimentos metodológicos utilizados. A apresentação e discussão dos resultados formam a seção quatro. Por fim, são feitas as considerações finais.

## **2 – REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 – DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS E POLÍTICAS**

No último século, ocorreram diversas mudanças no meio rural, destas, destaca-se a redução da dependência econômica da agricultura, em função do aumento dos empregos urbanos nas famílias rurais e da realização de atividades não agrícolas nos perímetros rurais. Trabalhos como Deavers (1992), Graziano da Silva (1996) e de Van der Ploeg *et al.* (2000) evidenciam esse fato, refutando a noção de que o rural é sinônimo de agrícola.

Se o rural não é apenas agrícola, então o que é? Kageyama (2008) apresenta uma vasta discussão acerca dos conceitos de ruralidade. O autor atesta que o rural não consiste em uma estrutura teórica ou analítica plenamente definida e com característica explicativa, mas em uma base territorial socialmente construída por diversos fatores e atores, contribuindo no desenvolvimento das cidades. Contudo, apresenta os principais elementos utilizados para classificação do rural, sendo eles:

- Maior presença de áreas verdes ou naturais (em oposição às superfícies edificadas das áreas urbanas) ou maior relação com a natureza;
- Maiores distâncias – entre unidades residenciais, entre estas e as unidades comerciais, entre estas e os mercados urbanos ou finais – que podem ser traduzidas em termos físicos, econômicos, culturais ou em termos de menor acessibilidade em geral;
- Maior dispersão ou menor densidade da população, gerando menos contatos sociais, embora a qualidade dos mesmos nas cidades e na área rural possam ser qualitativamente diferentes;
- Maior presença de atividades econômicas ou de ocupações que dependem da disponibilidade de recursos naturais, como agricultura e pesca, embora não de forma exclusiva e, em alguns casos, nem de forma predominante;
- Relação de complementariedade do rural com as cidades, ou com o urbano, de maneira geral, por meio de mercados, das atitudes em relação às funções atribuídas ao rural e através das representações culturais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade.

Os pontos apresentados são de grande importância para o entendimento do termo rural e de seu papel na sociedade, especialmente o último, ao destacar a complementariedade das áreas rurais e urbanas. Ambos só existem em decorrência um do outro, contudo não podem ser tratados como opostos, ou mesmo como concorrentes. Deste modo, nota-se uma simbiose entre rural e urbano, em que o rural condiciona o urbano e o urbano condiciona o rural.

A percepção de rural e de seu papel complementar ao urbano vai além da simples produção de alimento ou de divisas pelo setor agrícola. Além disso, devido a não uniformidade entre as regiões, o planejamento de políticas de desenvolvimento rural torna-se uma tarefa de grande complexidade, sem um receituário pronto, sendo necessário conhecer as características, dinâmicas e especificidades das áreas rurais.

A complexidade na formulação das políticas de desenvolvimento rural não decorre apenas da multiplicidade de atores e fatores envolvidos, mas também da subjetividade em relação aos resultados esperados, ou seja, em definir o que é considerado desenvolvimento. Oliveira (2021) propõe que o desenvolvimento é determinado pelas transformações que ocorrem em fatores políticos, culturais, sociais e econômicos. São estas transformações que compõem a dinâmica do desenvolvimento em geral. Apesar da dificuldade em se conceituar o que é o desenvolvimento, pode-se considerar como um processo, tanto social quanto histórico e, que ocorre de maneira desigual no espaço geográfico e no tempo.

Durante muito tempo, o crescimento econômico era considerado, erroneamente, sinônimo de desenvolvimento. Como resultado desta percepção, as políticas relacionadas ao território rural eram focadas na modernização da agricultura, visando o aumento de sua produtividade. Com as mudanças ocorridas nas áreas rurais, verificou-se, também, uma transição na formulação de políticas, passando do *modernization paradigm* para *rural development paradigm*, que visava, além do aumento da produção, melhoras qualitativas no ambiente rural (VAN DER PLOEG *et al.*, 2000).

O modelo do desenvolvimento rural é abordado por Van der Ploeg *et al.* (2000). Segundo os autores, é necessário compreender que o desenvolvimento rural é um processo multifacetado, com diversos atores e pode ser analisado em diferentes escalas: 1) Escala global: o desenvolvimento rural pode ser interpretado como a reestruturação da economia, em especial da inter-relação da agricultura com as demandas da sociedade; 2) Escala do setor agrícola: concebido como um novo modelo para o setor, o qual visa a sinergia entre os atores e tem como resultado o benefício mútuo, em oposição à dualidade entre especialização e a segregação das atividades rurais, resultante do modelo de modernização; 3) Escala do campo e de seus atores: pode ser representada pelo surgimento de novos atores, como classes rurais não agrícolas e agroturísticas; e 4) Escala de um estabelecimento, o desenvolvimento rural pode ser interpretado como a redefinição da identidade, das estratégias, das práticas e das relações existentes.

Dessa forma, verifica-se que o processo de desenvolvimento rural é centrado na sinergia existente entre atividades, atores, instituições e as políticas existentes. Esta sinergia não se limita apenas ao locus rural, mas também, ao meio urbano, e com sua inserção na economia local e global (VAN DER PLOEG *et al.*, 2000).

A base teórica de desenvolvimento aponta que a dotação de recursos internos, a sinergia entre atores, instituições e as forças externas ao território são condicionantes para o desenvolvimento rural. Veiga (2001), com base na análise de territórios rurais brasileiros, considera como fatores que dinamizam o meio rural e induzem o processo de desenvolvimento, a menor desigualdade de acesso à terra e a educação, a presença e a diversificação da agricultura familiar, bem como, sua articulação social em redes, a concentração espacial de atividades produtivas, como distritos industriais e sistemas produtivos locais, e a presença de arranjos institucionais eficientes.

É importante ressaltar a heterogeneidade dos territórios rurais, em especial, em um país de extensão continental como o Brasil. Kageyama (2008, p. 114) classifica o rural brasileiro como um “mosaico de situações que vão desde áreas pobres no interior das regiões Norte e Nordeste até as áreas ricas entremeadas pelas cidades paulistas e as prósperas zonas de agricultura familiar do Sul do país”. Este “mosaico de situações” é reflexo de diversos fatores, dentre eles, o processo de ocupação territorial, a disponibilidade de recursos, tanto naturais quanto não naturais, a integração aos mercados e as políticas públicas adotadas.

O Brasil possui um longo histórico de planos e políticas de desenvolvimento do meio rural. Parte das tentativas buscavam o mero aumento da produção, focadas em ações de desenvolvimento setoriais exógenos, desconsiderando a questão ambiental, bem como, os diversos atores e relações vigentes no território. Uma visão de território rural mais coerente, agregando o contexto histórico e social, passa a ser incorporado a partir da segunda metade de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso. Na década seguinte, com o governo Lula, tal enfoque de território rural foi intensificado, com a expansão de programas e instituições relacionadas (GRISA; SCHNEIDER, 2013).

Mesmo com a maior atuação do governo, a situação de fragilidade socioeconômica de muitas áreas rurais, em especial, das áreas mais carentes, não foi superada. No geral, as políticas podem ser classificadas entre: políticas de incentivo à produção - focadas em práticas de agricultura convencional, visando maximizar a produtividade, independente da questão socioambiental; e políticas de assistência social – de transferência de renda, sem foco na inclusão produtiva. Dessa maneira, apesar dos inegáveis avanços em relação à redução da pobreza, a falta de integração entre as políticas dificultou a superação da fragilidade socioeconômica das áreas rurais (CAZELLA *et al.*, 2016).

O meio rural pode ser dividido entre a agricultura familiar e não familiar. Nesse estudo, o foco está nos estabelecimentos agropecuários que têm como característica principal a presença da família para o funcionamento da propriedade.

Com relação à agricultura familiar, Schneider (2014) destaca que há vertentes distintas de argumentos sobre sua definição e seu papel. O autor ainda expõe que apesar de pontos de vistas diferentes entre autores, os dados dos Censos Agropecuários revelam a existência de uma maioria de estabelecimentos considerados, por lei, familiares. Tendo isso em vista, compreender o rural e sua heterogeneidade, denominada pelas características de cada propriedade, é importante para determinar estratégias de promoção de desenvolvimento no meio rural.

O que se denomina hoje como agricultura familiar, no Brasil, são propriedades muito diferenciadas por dissimilaridades tecnológicas, regionais, econômicas e geográficas, que, dentre outras características, possuem grande heterogeneidade. Definir a agricultura familiar depende da maneira como aquele que a define quer tratá-la e a abordagem utilizada na pesquisa. Levando isso em consideração, não se pode reduzir essa categoria à determinação unívoca nacionalmente. Apesar disso, é impreterível que se adote, de alguma forma, características, para que se possa pesquisar o setor sob aspectos que estejam de acordo com o objetivo pretendido (BUAINAIN, 2006).

## **2.2 – DEFINIÇÃO DE REGIÃO**

Para se estudar uma região, principalmente uma não delimitada, faz-se necessário entender sua definição. Segundo Ferreira (2020), região pode ser uma: “1 - grande extensão de país. 2 - território que se distingue por [...] circunstâncias climáticas, [...] por produções próprias, [...] pelo aspecto, [...] por condições particulares [...]. 3 - Divisão territorial administrativa, englobando vários municípios [...]”. Ainda se trata de uma ampla definição, em que o sentido irá depender do foco da pesquisa, seja ele geográfico, administrativo, sociológico ou econômico.

Arend e Orlowski (2012) concordam que a definição depende da perspectiva que se visa estudar, contudo, deve haver articulação entre o aspecto e o objetivo de estudo. Lobato Corrêa (2000) entende, ainda, que a região é compreendida enquanto meio de transformação provocado por indivíduos que ocupam determinado espaço.

Para Souza (1981), Lobato Corrêa (2000) e Arend e Orlowski (2012), a definição de região não é um consenso e nem leva tão somente em consideração o tamanho. Souza (1981) propõe supor que uma região deve ter por característica a contiguidade, ou seja, que suas unidades de composição sejam contíguas ou estejam em contato. Moreira (2007) debate a definição de contiguidade, dizendo que ela é uma noção de horizontalidade e de nodosidade que incorpora as relações internas e externas em uma unidade de espaço singular, única.

Sob a égide econômica, se encontram três definições mais conhecidas: a região homogênea, polarizada e a de planejamento. A homogênea apresenta características tão uniformes quanto possível, de acordo com alguma característica em comum. A polarizada é caracterizada pela heterogeneidade e relações de interdependência baseadas nas diferenças entre as unidades dentro da região. E a região de planejamento diz respeito àquelas que fazem parte de divisões administrativas e de instrumentos políticos (SOUZA, 1981).

Ferreira (1989) compreende, ainda, que a definição é tão dinâmica quanto a própria dinamização da região, visto que se define a partir de estruturas e características internas e que essas podem mudar com o decorrer do tempo. De acordo com Souza (1981), para definir uma região deve-se analisar a área de estudo e o problema a ser pesquisado, devido a inexistência de uma definição que atenda às necessidades de todas as áreas.

Conforme os autores, não existe uma definição de região que envolva todas as áreas, por este motivo, para cada pesquisa, a definição de região deve ser delineada para atender ao objetivo. Nesse contexto, esta pesquisa busca determinar uma região no Sul do Brasil com características semelhantes no que diz respeito à agricultura familiar.

### **3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O objetivo da pesquisa consiste em delimitar uma região, no Sul do Brasil, com municípios similares a partir de características da agricultura familiar, de forma contígua em relação as suas fronteiras. No contexto da heterogeneidade, tanto do meio rural como da própria classe da agricultura familiar, para esta pesquisa, com o intuito de atender ao objetivo e proporcionar uma base de discussão para políticas rurais, usou-se o conceito de região econômica homogênea, por meio da consideração de características mais uniformes possíveis entre os 1191 municípios do Sul do Brasil e, mediante a contiguidade entre eles, conforme descrito no referencial teórico.

Para isso, foram utilizados dados referentes aos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, visando comparar as mudanças ocorridas entre os anos. As variáveis adotadas foram: 1) proporção de estabelecimentos da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários do município – levando em consideração que a definição do IBGE para estabelecimento da agricultura familiar é baseada na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006; 2) proporção do número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em que o pessoal ocupado possuía laço de parentesco com o produtor no total de estabelecimentos do município – essa característica configura a mão de obra familiar; 3) proporção da área em hectares

dos estabelecimentos com agricultura familiar no total da área de estabelecimentos agropecuários do município; e 4) proporção do valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no total das receitas dos estabelecimentos agropecuário do município (BRASIL, 2006). Cabe mencionar que a escolha pelas variáveis se deu em função da disponibilidade para os dois anos em análise e do fato de todos os municípios possuírem informações.

A região Sul do Brasil, dentre os seus três estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possui 1191 municípios, destes, oito não possuíam informações para todas as variáveis e, por este motivo, foram retirados da análise, são eles: Matinhos (PR), Balneário Camboriú (SC), Bombinhas (SC), Cachoeirinha (RS), Esteio (RS), Imbé (RS), Ivoti (RS) e Xangri-lá (RS). Três municípios foram criados, oficialmente, entre 2006 e 2017, Balneário Rincão (SC), Pescaria Brava (SC) e Pinto Bandeira (RS), por este motivo dispunham de dados somente para 2017. A fim de criar condições para análise dos municípios, foram utilizadas áreas mínimas comparáveis. Desta maneira, os referidos municípios foram considerados juntamente com o município do qual haviam sido emancipados, Içara (SC), Laguna (SC) e Bento Gonçalves (RS), respectivamente. Desta maneira, o total de municípios considerados na pesquisa foi 1190.

As variáveis selecionadas foram avaliadas para cada município mediante a análise descritiva da mediana. Utilizou-se a mediana como parâmetro, tendo em vista que a intenção era capturar um valor típico que não fosse tão distorcido por valores extremamente altos ou baixos, uma vez que é comum que isso aconteça quando são utilizados dados para tantas observações, como os 1190 municípios da região Sul.

Utilizaram-se como parâmetro de escolha os municípios que se encontravam acima da mediana para as quatro variáveis utilizadas. Isso se deve ao fato de selecionar, por fim, os municípios que possuísem mais características similares relacionadas à agricultura familiar. Identificados os municípios que são tão similares quanto possível com relação as variáveis escolhidas, o critério de escolha da região de análise se deu pelo maior número de municípios que possuíam fronteiras contínuas entre eles.

O procedimento utilizado para escolha dos municípios e formação dos grupos foi constituído por cinco etapas, conforme descrito a seguir:

- 1) Em um primeiro momento calculou-se a mediana para as variáveis e, selecionaram-se os municípios que obtiveram valor para todas as variáveis acima da mediana, ou seja, que obtiveram proporção acima de 50% para as quatro variáveis.

- 2) Os municípios que possuíam essa característica, de se encontrarem acima da mediana para as quatro variáveis, foram o Grupo 1.

- 3) Por outro lado, os municípios que obtiveram pelo menos uma das variáveis abaixo da mediana, ou seja, abaixo da proporção de 50% para quaisquer variáveis, formam o Grupo 2.

- 4) Em um segundo momento, foi feita a opção de análise da região que obteve o maior número de municípios contíguos em relação às suas fronteiras.

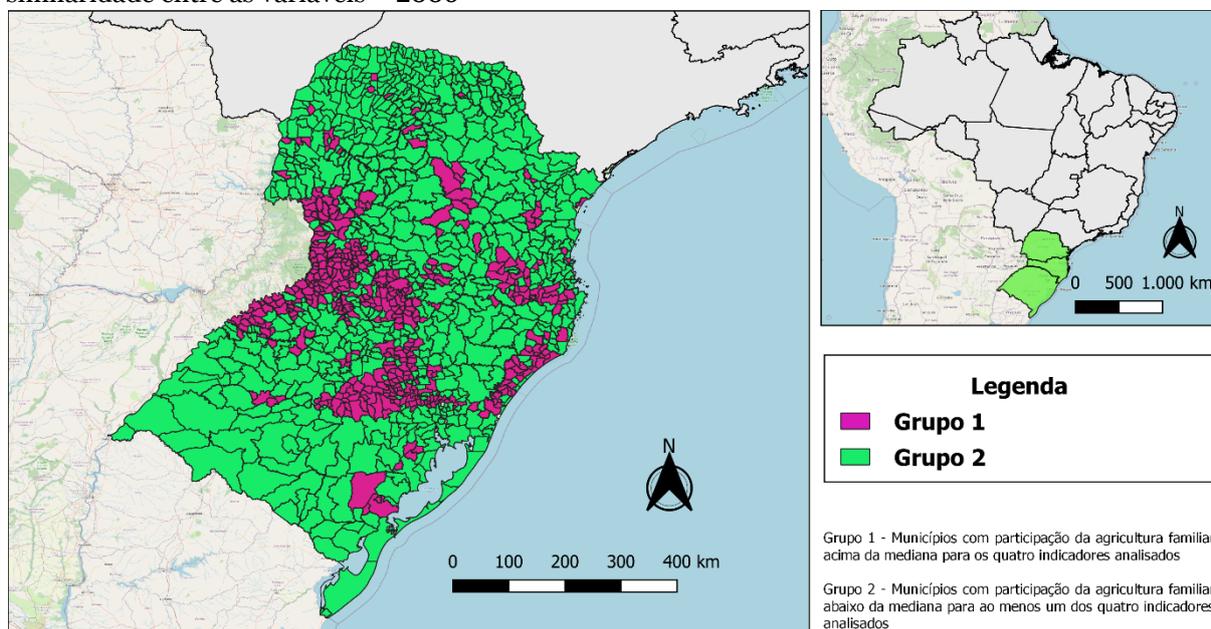
- 5) Deste modo, o Grupo 1, formado por aqueles municípios que se encontravam acima da mediana para todas as variáveis, foi dividido em Grupo 1 e Grupo 3. O Grupo 1 representa a aglomeração com o maior número de municípios contínuos, o qual foi analisado. Já o Grupo 3 corresponde aos municípios que também possuem a característica de possuir as quatro variáveis acima da mediana, mas possuem aglomerações com menor número de municípios contínuos.

#### 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da coleta das variáveis e da realização dos procedimentos metodológicos conforme as cinco etapas descritas, foram identificados, no primeiro momento, dois grupos de municípios na região Sul para cada ano da análise. O Grupo 1 refere-se aos municípios cujas variáveis encontram-se acima da mediana, e o Grupo 2 abaixo desta, ou seja, no Grupo 1 estão os municípios que detêm maiores características atreladas à agricultura familiar, logo, o Grupo 2 é formado pelos municípios com menor intensidade nessa atividade.

Para 2006, o grupo dos municípios mais relacionados com a agricultura familiar (Grupo 1) foi formado por 443 municípios, como pode ser observado na Figura 1. E, no Grupo 2, aqueles menos relacionados à agricultura familiar, foi composto por 737 municípios.

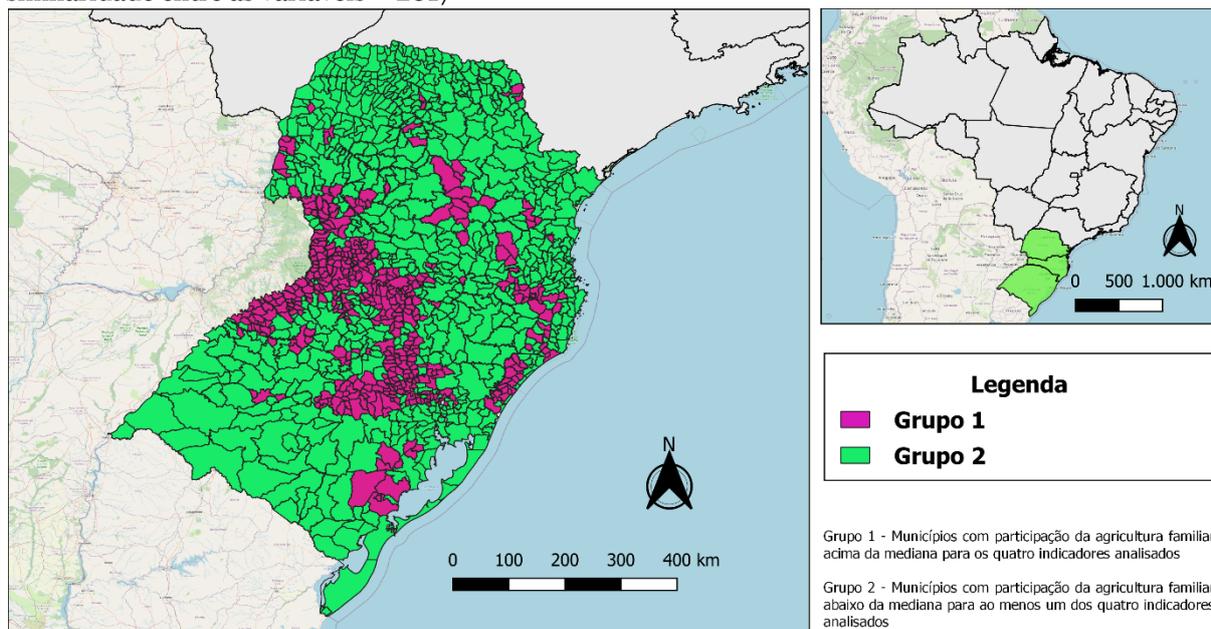
Figura 1 – Mapa dos municípios da região Sul do Brasil dividido em dois grupos de acordo com a similaridade entre as variáveis – 2006



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2020a).

Para o ano de 2017, conforme Figura 2, o Grupo 1 foi formado por 447 municípios e o Grupo 2 por 733. Apesar dos números serem similares aos do ano de 2006, 79 municípios deixaram de fazer parte do Grupo 1 em 2017 e, 83 entraram no referido grupo, no mesmo ano. Chama a atenção o município de Tunas do Paraná (PR), que saiu do Grupo 1, de 2006 para 2017 e, apresentou uma redução de 52,83 pontos percentuais na proporção de estabelecimentos familiares sobre o total de estabelecimentos agropecuários, em consequência, a renda advinda da agricultura familiar caiu 85,67 pontos percentuais na proporção com a renda agropecuária total. A maior parte dos estabelecimentos desse município, conforme IBGE (2020b), produzia milho em 2017, ou se destinava à produção agropecuária, com ênfase na produção de suínos e bovinos de corte.

Figura 2 – Mapa dos municípios da Região Sul do Brasil dividido em dois grupos de acordo com a similaridade entre as variáveis – 2017



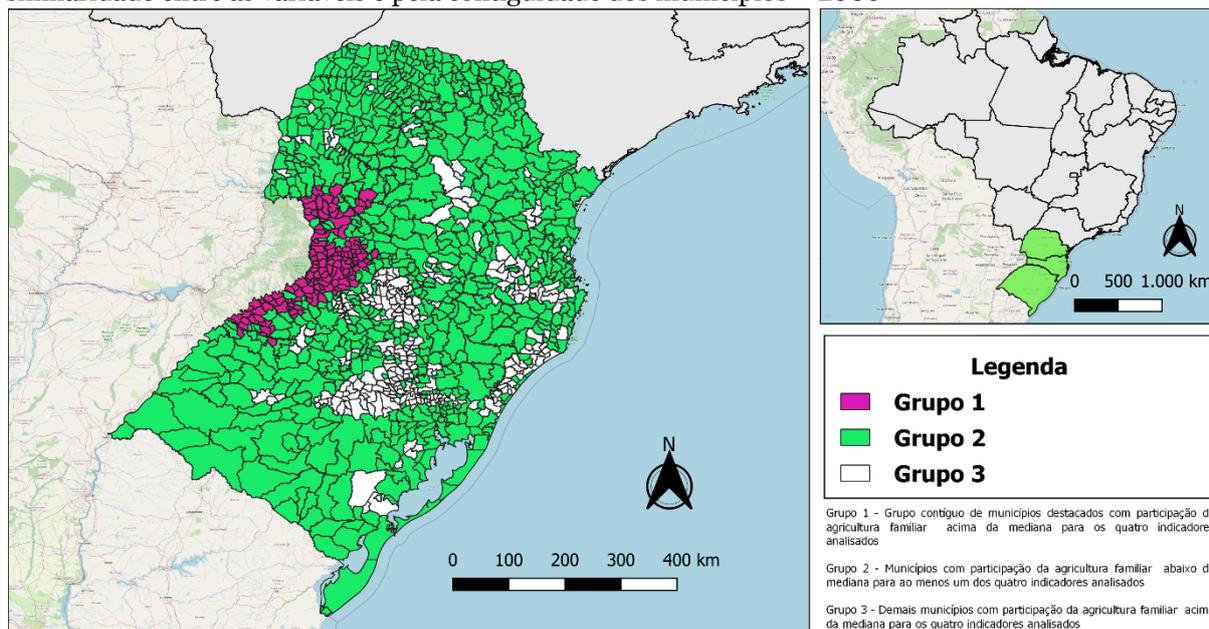
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2020a).

O município de Vila Flores (RS), entrou no Grupo 1, de 2006 para 2017, chamando a atenção para o fato de que a proporção de estabelecimentos familiares sobre o total de organizações agropecuárias aumentou 20,61 pontos percentuais. Dos 313 estabelecimentos que o município possuía em 2006, 222 eram de agricultores familiares. Em 2017, o número total reduziu para 260, enquanto que os da agricultura familiar aumentaram para 238. Nota-se que houve uma concentração de terras, contudo, isso atingiu principalmente os grandes produtores, visto que o número de agricultores familiares aumentou no período. Além disso, a proporção da renda da agricultura familiar em relação a renda total da agropecuária aumentou 13,79 pontos percentuais e a área ocupada pela agricultura familiar passou de 48,84% para 68,49% da área total.

Tendo em perspectiva o Grupo 1, das Figuras 1 e 2, selecionaram-se os municípios que formaram um grupo contíguo em relação as suas fronteiras com o maior número possível de municípios nessa condição, conforme exposto na seção 2.2 desta pesquisa.

Assim, para o ano de 2006, o conjunto identificado pelo Grupo 1 (Figura 3) é o que atendeu a essas especificações, com 139 municípios. Nota-se ser um agrupamento de municípios localizados, em geral, no Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul, formando uma faixa próxima à fronteira com a Argentina, pelo Oeste da região Sul do Brasil.

Figura 3 – Mapa dos municípios da Região Sul do Brasil dividido em três grupos de acordo com a similaridade entre as variáveis e pela contiguidade dos municípios – 2006



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2020a).

Conforme a Figura 3, dentre os 139 municípios, 27 se localizam no Paraná (Mesorregiões Sudoeste (23), Oeste (3) e Centro-Sul (1)), 58 em Santa Catarina, todos pertencentes a Mesorregião Oeste, e 54 no Rio Grande do Sul, a totalidade localizada na Mesorregião Noroeste do estado. Do total de municípios, apenas Francisco Beltrão (PR) possui mais de 50 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE (2020c) para 2019, portanto, trata-se de municípios de porte pequeno, com média de menos de 8 mil habitantes.

A região Sudoeste do Paraná tem uma agricultura familiar caracterizada pela prática comum de criação de aves e grandes animais, bem como, a produção vegetal de lavouras temporárias. A região apresenta um percentual maior de propriedades familiares, em comparação com o estado do Paraná e com o Brasil, fato ligado ao seu processo de colonização, que foi realizado a partir de colônias com propriedades de pequenas extensões (SALDANHA, 2014).

Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, a área utilizada pelas propriedades familiares, no Sudoeste Paranaense, corresponde a 52,91%, enquanto que esse percentual para o Paraná é de 24,14% e, para o Brasil, de 23,02% (IBGE, 2020a). Este é mais um indicativo de que a referida mesorregião tem características particulares relacionadas à agricultura familiar. Esse fato está relacionado, ainda, ao relevo acidentado dessa porção do estado paranaense, o que dificulta a mecanização em larga escala (SALDANHA, 2014). O fato da mesorregião contar com um percentual de área ocupada pela agricultura familiar expressivamente superior à média estadual e nacional corrobora com a condição de predominância da agricultura familiar no Sudoeste Paranaense.

Ainda no Sudoeste do Paraná, das culturas temporárias, mais de 50% da quantidade total produzida corresponde à produção de milho e mais de 30% à soja. O milho é utilizado, principalmente, na alimentação de animais, o que também é uma característica da produção da região, como aves, suínos e bovinos. A produção de aves é direcionada para as agroindústrias e os animais de grande porte são liderados pela produção e industrialização de leite (SALDANHA, 2014).

Villwock, Fialho e Roncato (2018) corroboram com esses resultados, indicando que a reprodução da agricultura familiar, especialmente após as mudanças ocorridas com a revolução verde e a adoção de pacotes tecnológicos, passou a ser realizada de maneiras diversas, internamente a cada propriedade, e respondendo aos estímulos externos. Desta maneira, cada local ganhou características específicas, como é o caso do Sudoeste do Paraná que, por fatores históricos e geográficos manteve-se com o padrão de propriedades familiares.

A região Oeste de Santa Catarina é outro local que demonstrou, através dos resultados, uma concentração de propriedades com as características familiares, possuindo aspectos históricos similares ao Sudoeste Paranaense. Conforme Guedes e Cazella (2019), a colonização dessa porção do estado se deu a partir de migrações de famílias de descendência europeia, assim como aconteceu na região paranaense. As agroindústrias, principalmente de suínos e aves, da região Oeste Catarinense, propiciaram a difusão do sistema integrador entre agricultor familiar e agroindústria, o que também contribuiu para as características da região.

No mesmo sentido, Winckler, Renk e Munarini (2018) afirmam que a estrutura fundiária da região Oeste Catarinense tem predominância de minifúndios e que isso é uma herança da colonização por pequenos agricultores oriundos do Rio Grande do Sul, famílias de imigrantes europeus.

Mello (2006) enfatiza a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento dessa região e esclarece que o problema de sucessão geracional começava a tomar forma no início do século XXI. A forte migração rural é liderada pelos jovens e esse fato ameaça a continuidade da produção nessas propriedades. Essa tendência é vista em, praticamente, todos os espaços rurais brasileiros, o envelhecimento do campo pode consolidar a pobreza nesse meio.

É relevante destacar que a saída do jovem do campo e a falta de sucessão na produção acaba promovendo uma intensa dificuldade na manutenção da produção e da renda familiar, o que descapitaliza os pequenos produtores fazendo com que a renda, oriunda da atividade agrícola, diminua em relação a renda de outras atividades (ALVES; MATTEI, 2006).

Além do Sudoeste Paranaense e do Oeste Catarinense, a região Noroeste do Rio Grande do Sul também contribuiu com grande número de municípios, caracterizados como familiares, para o agrupamento aqui referenciado (Figura 3). O Noroeste sul-riograndense é especializado na produção leiteira, com grande presença de propriedades familiares. A atividade proporciona renda mensal, fixando os produtores no campo. A produção de leite tem permitido multiplicar os efeitos do desenvolvimento do setor em outros elos da cadeia, como o setor de ração, de transporte e da agroindústria processadora (LUCCA; AREND, 2019).

Machado (2018) expõe que a colonização da porção Noroeste do Rio Grande do Sul foi mais tardia que o restante do estado e que contou com numerosas propriedades familiares. A colonização foi marcada também pela policultura de subsistência e pela pluriatividade. Com o passar do tempo, os agricultores maiores e mais capitalizados aderiram ao plantio de soja, enquanto que os menores persistiram na produção leiteira. O autor chama a atenção, especialmente, para o fato de que há muitas diferenças regionais entre os municípios dessa Mesorregião.

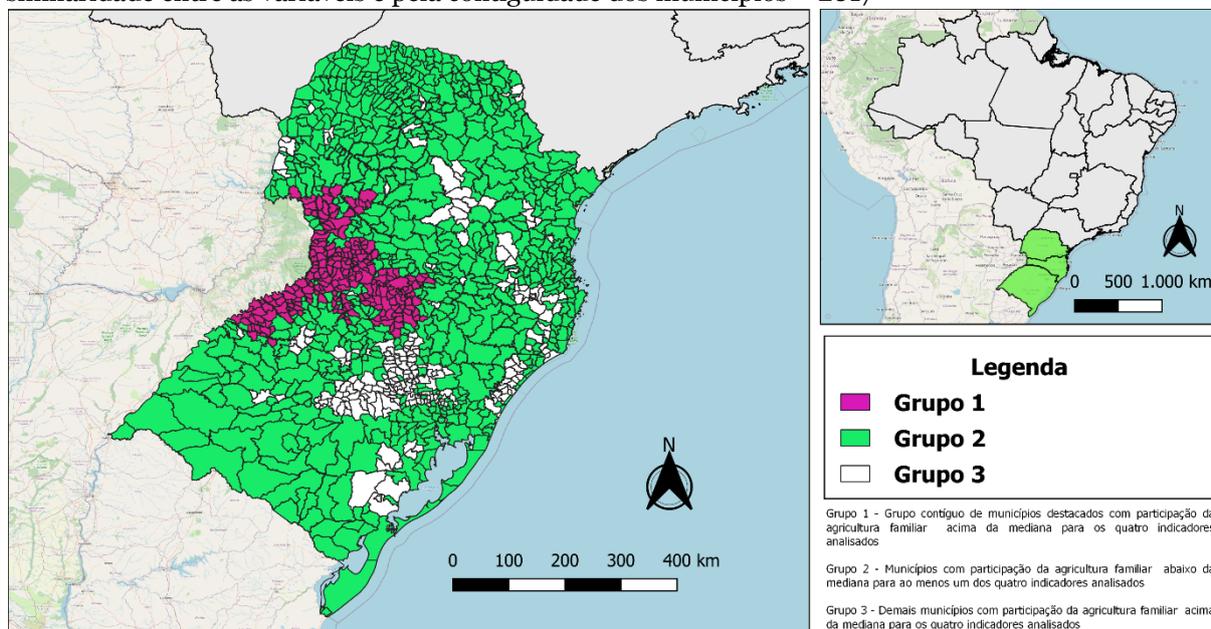
Além da produção leiteira e de soja, a região conta com grandes agroindústrias de suínos, um setor marcante na região desde a colonização, que é importante fonte de renda para a maioria dos municípios. Ademais, o sistema cooperativista, expandido a partir das décadas de 1920 e 1930, no Rio Grande do Sul, contribuiu para a manutenção de propriedades pequenas que, a partir das cooperativas, obtinham preços melhores e garantia da venda dos produtos (ANDRIOLI, 2016).

Para o ano de 2017, a Figura 4 demonstra que 220 municípios entraram na caracterização do Grupo 1, isto é, aqueles com as características mais similares e contíguos em relação ao seu território. Nota-se que 128 municípios permaneceram de 2006 para 2017; em 2017, 92 municípios entraram para o Grupo 1, sendo que 33 deles pertenciam ao Grupo 2 em 2006, o que quer dizer que em 2017 eles passaram a ser mais semelhantes aos municípios com mais estabelecimentos familiares. De modo geral, a distribuição espacial do grupo permaneceu semelhante, ocupando o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e o Noroeste do Rio Grande do Sul, a inclusão de novos municípios aconteceu, principalmente, nestas duas últimas regiões.

Cabe destacar que, referente ao aumento de 92 municípios no Grupo 1 de 2006 para 2017, 59 já contavam com características da agricultura familiar, só não entraram para a região que compôs o Grupo 1 para 2006 porque não apresentaram características de contiguidade para se agrupar à região. Dentre os 33 municípios que pertenciam ao Grupo 2 e passaram para o Grupo 1, notou-se que a maioria (76%), já em 2006, contava com duas ou três variáveis superiores à mediana estabelecida, mas não com características suficientes para compor o Grupo 1, isso porque determinou-se que, para integrar o agrupamento, era necessário que todas as variáveis estivessem acima da mediana.

Dentre as variáveis que mais contribuíram para a entrada desses municípios no Grupo 1 estão: o aumento da proporção do valor das receitas obtidas por estabelecimentos da agricultura familiar no total da renda agropecuária e o aumento da variável referente à proporção do número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, em que o pessoal ocupado possuía laço de parentesco com o produtor no total de estabelecimentos do município, característica de mão-de-obra familiar.

Figura 4 – Mapa dos municípios da Região Sul do Brasil dividido em três grupos de acordo com a similaridade entre as variáveis e pela contiguidade dos municípios – 2017



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2020a).

Dentre os 220 municípios que formaram o maior agrupamento, foco deste estudo, para o ano de 2017, 26 pertencem ao Paraná (Mesorregiões Sudoeste (19), Oeste (6) e Centro Sul (1)), 85 à Santa Catarina, todos localizados na Mesorregião Oeste, e 109 pertencentes ao Rio Grande do Sul, a totalidade inserida na Mesorregião

Noroeste do estado. Do total de municípios, cinco possuem mais de 50 mil habitantes, Francisco Beltrão (PR), Chapecó (SC), Concórdia (SC), Erechim (RS), e Santa Rosa (RS), conforme estimativa do IBGE (2020c) para 2019. A média de habitantes entre os 220 municípios foi de pouco mais de 9 mil.

Em geral, tanto os municípios do agrupamento em 2006 quanto em 2017 são municípios de pequeno porte, apesar do número médio de habitantes ter aumentado e 4 municípios de médio porte entrarem no grupo.

Nos dois anos, a região de análise, com maior número de municípios contíguos, permaneceu similar, ocupando, praticamente, os mesmos espaços geográficos. Isso decorre da manutenção da agricultura familiar atrelada às condições culturais e históricas, como destacado por Saldanha (2014), Machado (2018) e Guedes e Cazella (2019).

Villwock, Fialho e Roncato (2018) relatam que entre o Sul do Paraná e o Norte do Rio Grande do Sul há uma concentração da agricultura familiar brasileira, o que confirma os resultados encontrados pela presente pesquisa, e, nota-se ainda, que entre os dois Censos Agropecuários, não somente houve a manutenção desse espaço, como foi composto por um número maior de municípios.

Nota-se ainda que o processo histórico de colonização do Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense aconteceu por migrações oriundas do Rio Grande do Sul, isso indica que as características de reprodução familiar foram passadas entre as regiões pelas experiências levadas de um lugar para outro. Essa característica é fundamental e demonstra haver uma integração entre os locais que possuem características históricas e produtivas semelhantes.

Essas similaridades proporcionam uma área de atuação de políticas públicas que pode ser utilizada além das fronteiras administrativas de estados e municípios. Políticas agrárias e reprodução de conhecimento entre as regiões podem ser opções de desenvolvimento desses espaços, sendo que o fato de os municípios possuírem condições semelhantes possibilita, sobretudo, construir estratégias de desenvolvimento regional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo da presente pesquisa foi delimitar uma região, no Sul do Brasil, com municípios que fossem similares a partir de características de agricultura familiar e, que fossem contíguos em relação as suas fronteiras.

Para atender ao objetivo proposto, foram selecionadas variáveis que identificassem padrões da agricultura familiar. Para a escolha dos municípios que fossem tão similares quanto possível e que formassem uma região com fronteiras contínuas, o critério de escolha foi que todas as variáveis para aquele município obtivessem valores acima da mediana. A região escolhida foi a que possuía o maior número de municípios aglomerados com as características da agricultura familiar.

A partir da análise dessa região, os resultados demonstraram que, tanto para os dados do Censo de 2006, quanto para os de 2017, a formação do grupo com o maior número de municípios foi na faixa Oeste dos estados, englobando, nos dois casos, as regiões Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Além disso, houve aumento do número de municípios contíguos que compuseram o grupo com características da agricultura familiar, entre os anos. Esse aumento esteve relacionado, principalmente, com a inclusão de municípios que, em 2006, já eram familiares e que, pela contiguidade, foram incluídos no grupo analisado.

Consultando a literatura sobre essas regiões, pode-se notar que as suas colonizações foram feitas de maneira semelhante, assim como a população que ocupou esses espaços era advinda da porção do Rio Grande do Sul colonizada por imigrantes europeus. A tradição e a base produtiva permaneceram nessas regiões, fazendo com que as características da produção também fossem semelhantes, destacando-se a produção leiteira, o abate suíno e de aves.

Essa pesquisa teve um caráter preliminar com o intuito de contribuir para distinguir e delimitar regiões além de seus limites administrativos regionais. Levando em consideração que é necessário compreender as especificidades de cada local para que seja possível propiciar cenários favoráveis para o desenvolvimento, nesse caso, o desenvolvimento rural.

Não foi o objetivo dessa pesquisa esgotar as discussões sobre esses aspectos, mas sim, fornecer um novo olhar sobre as regionalidades do Sul brasileiro. Compreender as regiões proporciona bases para o planejamento de políticas de desenvolvimento. Nesse sentido, indica-se que sejam realizadas novas pesquisas específicas sobre os municípios que compuseram a região identificada. Também, realizar a pesquisa com outras regiões brasileiras, a fim de aprofundar o tema e comparar os resultados.

## REFERÊNCIAS

ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambú-MG. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2006.

ANDRIOLI, A. I. **Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.** Chapecó: editora UFFS, 2016. 361p.

AREND, S. C.; ORLOWSKI, R. F. O desenvolvimento regional da AMOSC a partir da teoria da base exportadora e dos polos de crescimento. **Redes**, v. 17, n. 1, p. 141-163, jan./abr., 2012.

BRASIL. Lei nº 11326/06 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 29 maio 2020.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate.** Brasília: ICA, 2006. 135 p.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCEBÉ, Y.; BURIGO, F. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade (Impresso)**, v. 15, edição especial, p. 49-79, 2016.

DEAVER, K. What is Rural? **Policy Studies Journal**, v. 20, p. 184-189, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Básico da Língua Portuguesa.** 2020.

Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/regiao>. Acesso em: 01 maio 2020.

FERREIRA, C. M. de C. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. (Orgs.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 45-61.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)**, v. 52, 2014, p. 125-146.

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A. Arrendamento de terras e agricultura familiar na região meio oeste de Santa Catarina. **Interações**, v. 20, n. 4, p. 1249-1262, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2020c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 maio 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tunas do Paraná**. 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tunas-do-parana/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 21 maio 2020.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008. 229p.

LOBATO CORRÊA, R. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000. 51p.

LUCCA, E. J.; AREND, S. C. A pecuária leiteira e o desenvolvimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 107-142, 2019.

MACHADO, J. T. M. **Dinâmica da agricultura em uma região periférica do Noroeste do Rio Grande do Sul**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER, 2006, Fortaleza-CE. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc..., Espaço, Tempo e Crítica**, v. 1, n. 1, p. 55-67, 2007.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 1, p. 203-2019, jan./jun., 2021.

SALDANHA, R. K. **O perfil da agricultura familiar do Sudoeste Paranaense segundo o histórico da economia agrícola da região e as estatísticas mais recentes.** 2014. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba. 2014.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista Alasru**, v. 1, n. 9, p. 21-52, 2014.

SOUZA, N. de J. de S. Economia regional: conceitos e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, v.11, n. 32, p. 67-102, 1981.

VAN DER PLOEG, J. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; DE ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural Development: From Practices and Policies Towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, p. 391-408, 2000.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Revista de Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VILLWOCK, A. P. S.; FIALHO, M. A. V.; RONCATO, P. E. dos S. A reprodução social de agricultores familiares no Sudoeste do Paraná: uma análise das características socioeconômicas. **Revista Conexão UEPG**, v. 14, n. 3, p. 374-381, 2018.

WINCKLER, S.; RENK, A.; MUNARINI, A. E. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense**, v. 15, n. 1/2, p. 17-39, 2018.

Submetido em 01/02/2022.  
Aprovado em 20/05/2022.